



SEÇÃO JUDICIÁRIA DO TOCANTINS

PORTARIA SJTO-DIREF 212/2024

Estabelece a escala de plantão judicial de magistrados, diretores de secretaria e oficiais de justiça no âmbito da Seção Judiciária do Tocantins e Subseções de Araguaína e Gurupi, no período de 24/06/2024 a 08/07/2024.

O Juiz Federal **IGOR ITAPARY PINHEIRO**, Diretor do Foro da Seção Judiciária do Tocantins, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO:

a) as disposições contidas nos artigos 184 a 194 do Provimento Coger-10126799 (18581150), de 19 de abril de 2020, que disciplinam o **PLANTÃO JUDICIÁRIO** aplicável à sede da Seção Judiciária e às Subseções Judiciárias a ela vinculadas;

b) a atribuição do Juiz Federal Diretor do Foro, nos termos dos artigos 188, 189 e 204 do Provimento Coger-10126799 (18581150), para a administração geral da Seção Judiciária e, em especial, para a organização da escala de plantão dos juízes, no âmbito da Seccional e Subseções vinculadas, e tendo em vista o que consta dos autos do Processo Administrativo Eletrônico - PAe/Sei n. 0000047-80.2024.4.01.8014,

RESOLVE:

I – DESIGNAR o(s) Juiz(es) Federal(is) e Juiz(es) Federal(is) Substituto(s), Diretores de Secretaria e Oficiais de Justiça que responderão pelo Plantão Ordinário nos períodos indicados abaixo:

PERÍODO DE PLANTÃO	JUIZ PLANTONISTA	JUIZ PLANTONISTA SUBSTITUTO	DIRETOR(A) PLANTONISTA/ SUBSTITUTO(A)	OFICIAL DE JUSTIÇA PLANTONISTA	TELEFONE CONTATO
Das 18h01min do dia 24/06/2024 às 08h59min do dia 01/07/2024	Juiz Federal Wagmar Roberto Silva	Juiz Federal Substituto Pedro Alves Dimas Júnior	Marineide da Silva Braga - Diretora da Secretaria da Turma Recursal	Leandro Oliveira Machado	(63) 9 9978-8820
Das 18h01min do dia 01/07/2024 às 08h59min do dia 08/07/2024	Juiz Federal Substituto Pedro Alves Dimas Júnior	Juíza Federal Substituta Ana Carolina de Sá Cavalcanti	Silvio de Moura Ribeiro- Diretor de Secretaria da 4ª Vara	Edvandro Silva Araújo	(63) 9 9978-8820

II – ESTABELEECER que os pedidos e documentos a serem apreciados pelo magistrado no plantão judiciário serão apresentados pelo sistema de processo judicial eletrônico – PJe, na forma estabelecida no art. 185 do Provimento Coger-10126799 (18581150).

III – ESTABELEECER que será garantido atendimento, mediante contato telefônico pelo número relacionado na tabela acima, durante todo o período de realização do plantão judicial. Para tanto, durante o plantão, o(a) Diretor(a) de Secretaria/Substituto, bem como o(a) Oficial de Justiça plantonista, deverão portar o telefone celular do Plantão, para utilização exclusiva em serviço, ficando

sempre disponíveis para eventuais contatos desta Seccional e do público externo.

IV – ESCLARECER que os juízes responsáveis pelo plantão judiciário têm competência sobre toda a extensão territorial da Seção Judiciária do Tocantins e que o plantão judiciário será limitado ao exame das seguintes matérias de competência da Justiça Federal de primeiro grau (art. 184 do Provimento Coger-10126799 - 18581150):

I – pedidos de habeas corpus e mandados de segurança em que figurar como coatora autoridade submetida à competência jurisdicional do magistrado plantonista;

II – apreciação de pedidos de concessão de liberdade provisória e expedição de alvarás de soltura, quando devidamente instruído o feito;

III – comunicações de prisão em flagrante;

IV – representação da autoridade policial ou do Ministério Público para a decretação de prisão preventiva ou temporária, em caso de justificada urgência;

V – pedidos de busca e apreensão de pessoas, bens ou valores, desde que objetivamente comprovada a urgência;

VI – tutela de urgência, de natureza cível ou criminal, que não possa ser realizada no horário normal de expediente ou de caso cuja demora possa resultar risco de grave prejuízo ou de difícil reparação;

VII – medidas urgentes, cíveis ou criminais, da competência dos juizados especiais, limitadas às hipóteses elencadas acima.

§ 1º O atendimento ao jurisdicionado durante o plantão judicial ocorrerá de forma presencial, por videoconferência ou por telefone.

§ 2º As decisões proferidas em regime de plantão devem indicar expressamente o horário de sua prolação e, em exame preliminar, a presença ou ausência dos requisitos estabelecidos neste artigo.

§ 3º O plantão judiciário não se destina:

I – à reiteração, reconsideração ou reexame de pedido já apreciado no órgão judicial de origem ou em plantão anterior;

II – à apreciação de solicitação de prorrogação de autorização judicial para escuta telefônica.

§ 4º As medidas de comprovada urgência que tenham por objeto o depósito de importância em dinheiro ou valores só poderão ser ordenadas por escrito pela autoridade judiciária competente e só serão executadas ou efetivadas durante o expediente bancário normal, por intermédio de servidor credenciado do juízo ou de outra autoridade, por expressa e justificada delegação do juiz;

§ 5º Durante o plantão não serão apreciados pedidos de levantamento de importância em dinheiro ou de valores, nem de liberação de bens apreendidos.

§ 6º Constitui ato atentatório à dignidade da Justiça, sujeito às consequências legais pertinentes, postular pedido já apreciado por outro juízo ou valer-se do regime de plantão para a obtenção de vantagem processual, em detrimento de outras partes ou do decoro judiciário.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

Palmas/TO, data em que assinado eletronicamente.

IGOR ITAPARY PINHEIRO

Juiz Federal Diretor do Foro



Documento assinado eletronicamente por **Igor Itapary Pinheiro, Diretor do Foro**, em 21/06/2024, às 11:05 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.trf1.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **20779316** e o código CRC **BD122FE4**.

Quadra 201 Norte, Conjunto 01, Lote 02A - Bairro Plano Diretor Norte - CEP 77001-128 - Palmas - TO - www.trf1.jus.br/sjto/
0000047-80.2024.4.01.8014 20779316v2